



Demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Individuais e Consolidadas
30 de junho de 2024

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	13
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Aplicações financeiras	14
5 Contas a receber	14
6 Investimentos	15
7 Imobilizado	18
8 Intangível	20
9 Fornecedores	22
10 Tributos a recolher sobre o lucro	22
11 Concessões a pagar	24
12 Financiamentos e debêntures	25
13 Provisão para compromissos futuros	27
14 Processos judiciais	27
15 Patrimônio líquido	32
16 Receita líquida	33
17 Custos e despesas operacionais	35
18 Receitas e despesas financeiras	36
19 Transações com partes relacionadas	37
20 Instrumentos financeiros	37
21 Cobertura de seguros	44
22 Compromissos	44
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	45
24 Eventos subsequentes	45



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2024, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, em 30 de junho de 2024, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 30 de junho de 2024, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	177.080	270.672	323.458	381.823
Aplicações financeiras	4	242.681	82.248	254.437	92.836
Contas a receber	5	108.685	133.927	125.140	151.967
Estoques		8.839	8.480	10.606	9.587
Tributos a recuperar		2.051	3.887	4.872	6.647
Dividendos a receber	19	30.998	27.794	-	-
Outros valores a receber		11.829	13.238	12.545	16.281
Total do ativo circulante		582.163	540.246	731.058	659.141
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	16.879	15.419
Tributos a recuperar		-	-	621	1.583
Depósitos vinculados a litígios	14.b	7.365	7.120	7.924	7.640
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	171.744	165.885	171.744	165.977
Outros valores a receber		5.157	2.841	5.157	2.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	763	915
Realizável a longo prazo		184.266	175.846	203.088	194.375
Investimento	6	1.702.092	1.660.435	-	-
Imobilizado	7	1.212.712	1.250.695	2.965.089	2.998.838
Intangível	8	580.359	607.056	620.848	649.326
Total do ativo não circulante		3.679.429	3.694.032	3.789.025	3.842.539
Total do ativo		4.261.592	4.234.278	4.520.083	4.501.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	15.417	42.108	46.573	76.371
Salários e encargos a pagar		13.126	16.311	13.126	16.312
Tributos e contribuições sociais a recolher		8.782	10.172	9.584	11.560
Tributos a recolher sobre o lucro	10	48.172	98.565	49.401	99.325
Concessões a pagar	11	41.030	41.037	41.030	41.037
Financiamentos e debêntures	12	82.867	101.749	95.847	114.206
Arrendamentos		935	1.374	2.825	3.245
Encargos regulatórios a recolher		4.539	6.149	4.623	6.205
Provisão para compromissos futuros	13	21.565	18.360	25.934	21.524
Dividendos a pagar	15.a	124.283	186.423	124.283	186.423
Outros passivos		7.160	11.783	7.204	11.905
Total do passivo circulante		367.876	534.031	420.430	588.113
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	208.150	217.446	208.150	217.446
Financiamentos e debêntures	12	1.094.964	1.068.240	1.256.469	1.235.577
Arrendamentos		1.078	1.521	18.692	20.037
Encargos regulatórios a recolher		2.722	676	2.722	676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	308.675	296.994	308.675	296.994
Provisão para compromissos futuros	13	77.511	82.454	104.329	109.921
Provisões para processos judiciais	14	181.686	175.011	181.686	175.011
Total do passivo não circulante		1.874.786	1.842.342	2.080.723	2.055.662
Total dos passivos					
		2.242.662	2.376.373	2.501.153	2.643.775
PATIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Lucros acumulados		161.025	-	161.025	-
Total do patrimônio líquido		2.018.930	1.857.905	2.018.930	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido					
		4.261.592	4.234.278	4.520.083	4.501.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2024	01/01/2023	01/01/2024	01/01/2023
		a	a	a	a
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA	16	512.450	523.420	599.280	585.378
CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(169.450)	(191.464)	(237.949)	(235.008)
LUCRO BRUTO		343.000	331.956	361.331	350.370
Despesas gerais e administrativas	17.b	(24.348)	(19.213)	(24.859)	(24.181)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	971	(302)	(86)	(329)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	9.321	5.933	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(14.056)	(13.582)	(24.945)	(24.510)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		328.944	318.374	336.386	325.860
Receitas financeiras	18	18.657	26.198	26.740	32.303
Despesas financeiras	18	(107.631)	(89.956)	(117.675)	(100.146)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	239.970	254.616	245.451	258.017
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(67.264)	(74.372)	(72.593)	(77.853)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(11.681)	(10.208)	(11.833)	(10.128)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	161.025	170.036	161.025	170.036
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,12	0,13	0,12	0,13
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/04/2024	01/04/2023	01/04/2024	01/04/2023
		a	a	a	a
		30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
RECEITA LÍQUIDA	16	254.908	254.889	298.032	284.488
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(88.743)	(97.252)	(123.280)	(120.510)
LUCRO BRUTO		166.165	157.637	174.752	163.978
Despesas gerais e administrativas		(13.144)	(9.672)	(13.450)	(12.381)
Outras (despesas) receitas operacionais		393	(186)	29	(203)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	4.747	191	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	17.b	(8.004)	(9.667)	(13.421)	(12.584)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		158.161	147.970	161.331	151.394
Receitas financeiras	18	9.776	11.416	13.966	14.575
Despesas financeiras	18	(54.232)	(42.017)	(59.210)	(46.987)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	113.705	117.369	116.087	118.982
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(35.343)	(37.120)	(37.742)	(38.852)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(2.190)	(2.662)	(2.173)	(2.543)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		76.172	77.587	76.172	77.587
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.b	0,06	0,06	0,06	0,06
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.b	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024	01/01/2023	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a	a
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do período	161.025	170.036	161.025	170.036
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	161.025	170.036	161.025	170.036

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2024	01/04/2023	01/04/2024	01/04/2023
	a	a	a	a
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do período	76.172	77.587	76.172	77.587
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	76.172	77.587	76.172	77.587

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022		1.291.488	566.417	181.084	-	2.038.989
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	170.036	170.036
Em 30 de junho de 2023		1.291.488	566.417	181.084	170.036	2.209.025
Em 31 de dezembro de 2023		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	161.025	161.025
Em 30 de junho de 2024		1.291.488	566.417	-	161.025	2.018.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	161.025	170.036	161.025	170.036
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	7 e 8	66.543	65.442	101.912
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	3.704	1.449	4.874
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(9.321)	(5.933)	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		106.536	89.043	116.476
Imposto de renda e contribuição social		78.945	84.580	84.426
Amortização do juros capitalizados		2.456	1.713	-
Provisões para processos judiciais		730	643	643
	410.618	406.973	469.443	449.846
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber		25.242	13.419	26.827
Tributos a recuperar		(57.491)	(101.481)	(56.590)
Depósitos judiciais	14.b	(308)	(178)	(347)
Outros ativos		(1.180)	3.206	579
Fornecedores		(26.691)	(27.077)	(29.798)
Salários e encargos a pagar		(3.185)	(1.292)	(3.186)
Tributos e contribuições sociais		55.498	95.948	50.052
Provisão para compromissos futuros	13	(6.523)	(6.624)	(7.049)
Outros passivos		(4.188)	(14.514)	(4.237)
	(18.826)	(38.593)	(23.749)	(40.404)
Caixa gerado pelas operações	391.792	368.380	445.694	409.442
Imposto de renda e contribuição social pagos		(115.218)	(22.531)	(115.218)
Juros pagos	12	(34.056)	(23.611)	(41.413)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	242.518	322.238	289.063	355.540
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(5.337)	(14.820)	(34.832)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(27.731)	(176.375)	-
Dividendos recebidos		-	7.290	-
Novas aplicações financeiras		(515.867)	(841.222)	(701.683)
Resgates de aplicações financeiras		355.434	715.884	538.622
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(193.501)	(309.243)	(197.893)	(318.687)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(21.897)	(20.724)	(27.877)
Pagamentos de arrendamentos		(752)	(782)	(1.698)
Pagamento de concessões	11	(57.820)	(62.103)	(57.820)
Pagamento de dividendos	15.a	(62.140)	(155.000)	(62.140)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(142.609)	(238.609)	(149.535)	(244.729)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(93.592)	(225.614)	(58.365)	(207.876)
No início do período		270.672	422.189	381.823
No fim do período		177.080	196.575	323.458
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(93.592)	(225.614)	(58.365)	(207.876)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR				
Receitas	589.850	604.490	686.884	680.535
Venda de energia 16	588.748	603.396	686.710	679.938
Outras receitas	1.102	1.094	174	597
Insumos adquiridos de terceiros	(42.226)	(72.036)	(65.953)	(86.816)
Custos com aquisição de energia para revenda 17.a	(8.856)	(42.436)	(20.855)	(47.788)
Serviços de Terceiros	(31.965)	(28.655)	(43.690)	(37.892)
Materiais	(1.405)	(945)	(1.408)	(1.136)
Outros custos operacionais:	(73.948)	(64.941)	(85.003)	(74.266)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão 17.a	(35.953)	(34.006)	(44.507)	(42.203)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos 16.b	(15.332)	(14.231)	(15.332)	(14.231)
Encargos regulatórios	(7.505)	(7.420)	(8.012)	(7.754)
Outros	(15.158)	(9.284)	(17.152)	(10.078)
Valor adicionado bruto	473.676	467.513	535.928	519.453
Retenções				
Depreciação e amortização 7 e 8	(66.543)	(65.442)	(101.912)	(90.250)
Valor adicionado líquido	407.133	402.071	434.016	429.203
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial 17.b	9.321	5.933	-	-
Receitas financeiras 18	18.657	26.198	26.740	32.303
Valor adicionado a distribuir	435.111	434.202	460.756	461.506
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	31.091	28.423	31.113	28.498
Remuneração direta	24.926	22.177	24.926	22.178
Benefícios	5.003	5.123	5.025	5.197
FGTS	1.162	1.123	1.162	1.123
Impostos, taxas e contribuições	133.558	144.201	148.757	160.879
Federais	133.390	140.255	143.055	146.714
Estaduais	41	3.816	5.556	14.015
Municipais	127	130	146	150
Remuneração de capitais de terceiros	109.437	91.542	119.861	102.093
Juros	107.370	89.746	117.319	99.911
Aluguéis	1.640	1.446	1.822	1.613
Outras despesas financeiras	427	350	720	569
Remuneração de capitais próprios	161.025	170.036	161.025	170.036
Dividendos retidos	161.025	170.036	161.025	170.036
Valor adicionado distribuído	435.111	434.202	460.756	461.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. E Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

No dia 27 de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade da participação dos 45% da Cemig na Aliança. A transação ainda está sujeita ao cumprimento de outras condições precedentes usuais em transações dessa natureza, dentre elas: a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”). O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE já aprovou a transação conforme publicado no Diário Oficial da União - DOU em 21/05/2024.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.701,3 MW. Desse total, (i) 1.422 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 774 MW médios, e (ii) 279,3 MW por meio de participações em 8 Centrais Eólicas com garantia física de 126,80 MW médios. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 – Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas hidrelétricas e consórcios da Companhia:

Empreendimento – Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios) ¹	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista (“Aimorés”)	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar (“Consórcio Capim Branco”)						
Amador Aguiar I (“Capim Branco I”)	87,36%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar II (“Capim Branco II”)	87,36%	Araguari	Araguari	210	125	Abr/42 ²
Porto Estrela (“Consórcio de Porto Estrela”)	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32
Igarapava (“Consórcio de Igarapava”)	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves (“Consórcio de Candonga”)	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Repactuação do ACR finalizada. Processo ANEEL da Repactuação ACL em andamento, os cálculos a serem homologados estão aguardando decisão de diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting” emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB” – identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos construídos de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas condensadas individuais da controladora.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras condensadas individuais e consolidadas.

Em 28 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 28 de fevereiro de 2024. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Políticas contábeis materiais

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.4 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024. A administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados pela CVM. Para as normas abaixo que já estão em vigor, a Administração avaliou que não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras intermediárias.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- (b) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- (c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);
- (d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- (e) Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (aprovação IFRS 18/CPC 26).

Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras intermediárias. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	295	2.685	295	2.685
Recursos mantidos em aplicações financeiras	176.785	267.987	323.163	379.138
	177.080	270.672	323.458	381.823

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 97% e 115% em 30 de junho de 2024 (85% e 115% em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹	242.681	82.248	243.681	83.550
Fundo de investimentos em cotas - FIC ²	-	-	10.756	9.286
Fundo de investimentos em cotas - FIC (Caixa restrito) ²	-	-	16.879	15.419
	242.681	82.248	271.316	108.255
Ativo circulante	242.681	82.248	254.437	92.836
Ativo não circulante	-	-	16.879	15.419
	242.681	82.248	271.316	108.255

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante e não circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao certificado de depósito interbancário (CDI), que variaram entre 97% e 115% em 30 de junho de 2024 (85% e 115% em 31 de dezembro de 2023) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada na carteira equivale a 98,61% do CDI em 30 de junho de 2024 (97,83% do CDI em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação. Parte do saldo das aplicações financeiras no fundo são mantidos como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados ao fimem BNDES.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	48.375	65.734	59.868	76.453
Suprimento a outras concessionárias	57.805	67.699	61.399	70.163
Câmara de comercialização de energia elétrica	2.296	-	3.839	5.316
Outros valores a receber	209	494	34	35
	108.685	133.927	125.140	151.967

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuímos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada.

Para mais detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia e contas a receber vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros e nº 16 - Receita líquida.

6 | Investimentos

a. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA						30/06/2024
	31/12/2023	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do período	Dividendos a receber (i/ii)	
Garrote	73.750	-	-	-	1.253	-	75.003
Santo Inácio III	88.478	-	-	-	703	-	89.181
São Raimundo	104.404	-	-	-	2.248	358	107.010
Santo Inácio IV	73.579	-	-	-	1.624	-	75.203
Acauã I	275.874	23.965	-	-	(2.754)	-	297.085
Acauã II	296.460	3.766	-	-	3.062	-	303.288
Acauã III	149.341	-	-	-	306	-	149.647
Gravier	415.922	-	-	-	3.027	(3.562)	415.387
Mais valia CESI	8.093	-	-	(148)	-	-	7.945
Juros capitalizados	174.534	-	10.265	(2.456)	-	-	182.343
	1.660.435	27.731	10.265	(2.604)	9.469	(3.204)	1.702.092

	CONTROLADORA						31/12/2023
	31/12/2022	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do período	Dividendos a receber	
Garrote	69.210	-	-	-	5.954	(1.414)	73.750
Santo Inácio III	83.857	-	-	-	6.061	(1.440)	88.478
São Raimundo	102.372	-	-	-	2.390	(358)	104.404
Santo Inácio IV	68.693	-	-	-	6.407	(1.521)	73.579
Acauã I	139.305	142.386	-	-	(5.817)	-	275.874
Acauã II	199.987	101.641	-	-	(5.168)	-	296.460
Acauã III	122.767	26.202	-	-	372	-	149.341
Gravier	401.968	2.689	-	-	12.452	(1.187)	415.922
Mais valia CESI	8.390	-	-	(297)	-	-	8.093
Juros capitalizados	148.102	-	30.007	(3.575)	-	-	174.534
	1.344.651	272.918	30.007	(3.872)	22.651	(5.920)	1.660.435

Dividendos recebidos

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a destinação do resultado do exercício de 2023 das Centrais Eólicas foi realizada conforme prevê o Estatuto Social de cada Companhia, sendo 25% (vinte e cinco por cento) designado como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, em março de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma nova

proposta de destinação do resultado do exercício de 2023, impactando a Central Eólica Gravier e Central Eólica São Raimundo, conforme relacionado abaixo:

- i. Anteriormente a Central Eólica Gravier aprovou a destinação de dividendos de R\$1.187, todavia em março de 2024, o conselho aprovou a proposta de R\$4.749, destinando R\$3.562 de dividendos referente ao exercício de 2023 no período de 2024;
- ii. Em São Raimundo, o saldo proposto para dividendos foi de R\$358, porém em março de 2024 foi aprovada a realocação deste saldo para reserva de retenção de lucros.

b. CONCILIAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA	
	30/06/2024	30/06/2023
Resultado do período	9.469	6.081
Amortização da mais valia CESI	(148)	(148)
Resultado de equivalência patrimonial	9.321	5.933

Valores capitalizados CESI e Gravier

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauã. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações financeiras da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (2051). Em 30 de junho de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$14.935 (R\$13.883 em 31 de dezembro de 2023).

Em dezembro de 2022, o parque Eólico Gravier entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (2055). Em 30 de junho de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$1.983 (R\$1.322 em 31 de dezembro de 2023).

Em agosto de 2023, o parque Eólico Acauã III entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2055). Em 30 de junho de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$370 (R\$148 em 31 de dezembro de 2023).

No final de dezembro de 2023, o parque Eólico Acauã II entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados em janeiro de 2024, considerando o período da concessão (até 2055). Em 30 de junho de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$521 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Valores capitalizados Projeto Eólico de Acauã

A Central Eólica Acauã I encontra-se em fase de construção e, por esse motivo, os juros da dívida ainda estão sendo capitalizados. O Complexo Eólico de Acauã I possui o montante de juros capitalizados de R\$40.272 em 30 de junho de 2024 (R\$30.007 em 31 de dezembro de 2023).

Mais valia CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$7.945 em 30 de junho de 2024 (R\$8.093 em 31 de dezembro de 2023) referente ao ágio aportado pelo acionista.

c. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as Companhias abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas são apresentados como seguem:

	30/06/2024						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	33.362	93.322	11.945	39.736	75.003	1.253	9.925
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	37.113	119.927	14.288	53.571	89.181	703	11.779
Central Eólica São Raimundo S.A.	34.158	131.907	8.907	50.148	107.010	2.248	13.048
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	35.187	92.497	12.804	39.677	75.203	1.625	10.194
Central Eólica Acauã I S.A.	1.634	303.393	2.161	5.781	297.085	(2.754)	1.835
Central Eólica Acauã II S.A.	9.213	309.809	10.153	5.581	303.288	3.062	15.624
Central Eólica Acauã III S.A.	5.342	148.693	2.370	2.018	149.647	305	5.403
Central Eólica Gravier S.A.	46.020	404.969	26.133	9.469	415.387	3.027	20.000

	31/12/2023						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	29.921	96.408	11.390	41.189	73.750	5.954	21.086
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	34.020	123.837	13.841	55.538	88.478	6.061	26.152
Central Eólica São Raimundo S.A.	29.774	136.137	9.525	51.982	104.404	2.390	20.787
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	31.430	95.566	12.289	41.128	73.579	6.407	21.524
Central Eólica Acauã I S.A.	251	284.152	1.585	6.944	275.874	(5.817)	60
Central Eólica Acauã II S.A.	2.228	315.251	14.065	6.954	296.460	(5.168)	2.178
Central Eólica Acauã III S.A.	3.747	150.958	2.797	2.567	149.341	372	5.957
Central Eólica Gravier S.A.	34.363	410.915	19.156	10.200	415.922	12.452	44.816

Parque Eólico Santo Inácio ("CESI")

O CESI é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. ("Garrote"), Central Eólica São Raimundo S.A. ("São Raimundo"), Central Eólica Santo Inácio III S.A. ("Santo Inácio III"), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. ("Santo Inácio IV"), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW.

Central Eólica Gravier ("Gravier")

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena foi em dezembro de 2022. O projeto conta com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW.

Projeto Eólico Acauã ("Acauãs")

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. ("Acauã I"), Central Eólica Acauã II S.A. ("Acauã II") e Central Eólica Acauã III S.A. ("Acauã III"). Localizado nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de 2021.

Em agosto de 2023 a Central Eólica Acauã III obteve liberação para operação comercial plena de suas atividades, através de despacho nº 3.161. A Central Eólica conta com 4 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 16,8 MW.

Em 23 de dezembro de 2023 a Central Eólica Acauã II obteve liberação para operação comercial plena de suas atividades, através do despacho nº 5.087. A Central Eólica conta com 11 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 46,2 MW.

A operação comercial plena da Central Eólica Acauã I está estimada para julho de 2024, onde contará com 11 aerogeradores tendo uma capacidade instalada total de 46,2 MW.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	110.515	1.044.180	274.188	1.113.282	2.198	53.340	2.597.703
Adições	3.173	-	-	3	-	32.165	35.341
Baixas	(1.594)	-	-	(394)	-	(49)	(2.037)
Transferência	-	-	-	8.871	12	(8.883)	-
Em 31/12/2023	112.094	1.044.180	274.188	1.121.762	2.210	76.573	2.631.007
Adições	469	-	-	-	-	5.337	5.806
Baixas	(912)	-	(3)	(6.298)	(239)	-	(7.452)
Transferência	-	376	152	8.355	-	(8.883)	-
Em 30/06/2024	111.651	1.044.556	274.337	1.123.819	1.971	73.027	2.629.361
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2022	(40.268)	(514.932)	(142.124)	(601.076)	(1.152)	(4.215)	(1.303.767)
Adições	(4.153)	(31.291)	(9.527)	(32.949)	(75)	(352)	(78.347)
Baixas	1.601	-	-	201	-	-	1.802
Em 31/12/2023	(42.820)	(546.223)	(151.651)	(633.824)	(1.227)	(4.567)	(1.380.312)
Adições	(2.177)	(15.666)	(4.767)	(17.023)	(37)	(176)	(39.846)
Baixas	-	-	1	3.508	-	-	3.509
Em 30/06/2024	(44.997)	(561.889)	(156.417)	(647.339)	(1.264)	(4.743)	(1.416.649)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	69.274	497.957	122.537	487.938	983	72.006	1.250.695
Em 30/06/2024	66.654	482.667	117.920	476.480	707	68.284	1.212.712
Taxa média de depreciação	3,89%	3,00%	3,48%	3,03%	3,54%	0,47%	3,03%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	128.387	1.043.732	298.091	1.732.495	12.582	1.013.084	4.228.371
Adições	9.692	-	-	3	5.980	335.961	351.636
Baixas	(1.848)	-	-	(393)	(737)	(318)	(3.296)
Transferência	-	-	12.808	438.952	50	(451.810)	-
Em 31/12/2023	136.231	1.043.732	310.899	2.171.057	17.875	896.917	4.576.711
Adições	469	-	-	-	-	44.059	44.528
Baixas	(1.665)	-	(3)	(6.298)	(493)	(164)	(8.623)
Transferência	-	376	7.355	(10.880)	3.156	(7)	-
Em 30/06/2024	135.035	1.044.108	318.251	2.153.879	20.538	940.805	4.612.616
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2022	(41.970)	(514.932)	(146.385)	(737.702)	(2.604)	(5.076)	(1.448.669)
Adições	(4.898)	(31.291)	(10.403)	(83.506)	(317)	(591)	(131.006)
Baixas	1.601	-	-	201	-	-	1.802
Em 31/12/2023	(45.267)	(546.223)	(156.788)	(821.007)	(2.921)	(5.667)	(1.577.873)
Adições	(2.548)	(15.666)	(5.684)	(48.845)	(393)	(267)	(73.403)
Baixas	-	-	1	3.508	240	-	3.749
Em 30/06/2024	(47.815)	(561.889)	(162.471)	(866.344)	(3.074)	(5.934)	(1.647.527)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	90.964	497.509	154.111	1.350.050	14.954	891.250	2.998.838
Em 30/06/2024	87.220	482.219	155.780	1.287.535	17.464	934.871	2.965.089
Taxa média de depreciação	3,76%	3,00%	3,61%	4,52%	4,09%	0,06%	3,20%

(a) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são depreciados de acordo com o período da concessão. E para o consolidado, a Companhia e suas controladas possuem terrenos arrendados que são depreciados conforme os contratos de arrendamento.

(b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$182.343 em 30 de junho 2024 (R\$174.534 em 31 de dezembro 2023). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento. Para mais detalhes em relação aos juros capitalizados vide nota explicativa nº 6 - Investimentos.

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, que são de vida útil definida.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, dentro do grupo “Outros” (consolidado), a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus Complexos Eólicos de Santo Inácio; Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos das autorizações de operações. Em 30 de junho de 2024, o montante líquido registrado é de R\$10.922 (R\$11.123 em 31 de dezembro de 2023).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 13 - Provisão para compromissos futuros.

Consórcios

Em 30 de junho de 2024, não houve variação na parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos Consórcios. Adicionalmente, não ocorreu movimentação significativa no período e nas taxas médias de depreciação.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	131.545	151.961	1.131	2.163	502.176	161	789.137
Adições	2.175	-	-	-	-	24	2.199
Baixas (a)	(25.671)	-	-	-	-	(37)	(25.708)
Transferências	-	-	-	24	-	(24)	-
Em 31/12/2023	108.049	151.961	1.131	2.187	502.176	124	765.628
Baixas (a)	(13.917)	-	-	(514)	-	-	(14.431)
Em 30/06/2024	94.132	151.961	1.131	1.673	502.176	124	751.197
Amortização acumulada							
Em 31/12/2022	(25.671)	(62.438)	(399)	(1.630)	(41.265)	-	(131.403)
Adições	(13.915)	(8.074)	(39)	(170)	(30.642)	-	(52.840)
Baixas (a)	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 31/12/2023	(13.915)	(70.512)	(438)	(1.800)	(71.907)	-	(158.572)
Adições	(7.237)	(4.037)	(19)	(82)	(15.322)	-	(26.697)
Baixas (a)	13.917	-	-	514	-	-	14.431
Em 30/06/2024	(7.235)	(74.549)	(457)	(1.368)	(87.229)	-	(170.838)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	94.134	81.449	693	387	430.269	124	607.056
Em 30/06/2024	86.897	77.412	674	305	414.947	124	580.359
Taxa média de amortização							
	14,32%	5,31%	3,36%	8,50%	6,10%	0,00%	7,04%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2022	30.395	134.836	151.961	1.559	2.212	502.176	562	823.701
Adições	-	13.820	-	400	-	-	24	14.244
Baixas (a)	-	(26.718)	-	-	-	-	(37)	(26.755)
Transferências	-	-	-	-	24	-	(24)	-
Em 31/12/2023	30.395	121.938	151.961	1.959	2.236	502.176	525	811.190
Adições	-	-	-	-	-	-	31	31
Baixas (a)	-	(14.236)	-	-	(514)	-	-	(14.750)
Em 30/06/2024	30.395	107.702	151.961	1.959	1.722	502.176	556	796.471
Amortização acumulada								
Em 31/12/2022	(3.024)	(24.573)	(62.438)	(399)	(1.639)	(41.271)	-	(133.344)
Adições	(453)	(14.792)	(8.074)	(48)	(180)	(30.644)	-	(54.191)
Baixas (a)	-	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 31/12/2023	(3.477)	(13.694)	(70.512)	(447)	(1.819)	(71.915)	-	(161.864)
Adições	(419)	(8.565)	(4.037)	(80)	(87)	(15.321)	-	(28.509)
Baixas (a)	-	14.236	-	-	514	-	-	14.750
Em 30/06/2024	(3.896)	(8.023)	(74.549)	(527)	(1.392)	(87.236)	-	(175.623)
Valor líquido								
Em 31/12/2023	26.918	108.244	81.449	1.512	417	430.261	525	649.326
Em 30/06/2024	26.499	99.679	77.412	1.432	330	414.940	556	620.848
Taxa média de amortização	2,76%	14,92%	5,31%	8,17%	8,79%	6,10%	0,00%	7,09%

- (a) Realizamos a baixa de licenças totalmente amortizadas em 2023 e 2024, ou seja, com o valor residual igual a zero e sem efeito no resultado da Companhia. Dentro do montante total de baixas do período, para o individual e consolidado, apuramos R\$14.236 em 30 de junho de 2024 (R\$25.671 em 31 de dezembro de 2023) com valor residual zerado.

Os ativos intangíveis servidão, direito de uso do bem público e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	1.092	15.540	1.092	15.540
Fornecedores de materiais e serviços	4.075	15.505	4.075	49.768
Encargos de uso da rede elétrica	10.250	3.458	38.390	3.458
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	7.605	3.016	7.605
	15.417	42.108	46.573	76.371

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 66 dias em 30 de junho de 2024 (60 dias em 31 de dezembro de 2023) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para maiores detalhes em relação ao fluxo de pagamentos vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda	37.132	75.143	37.545	75.069
Contribuição social	11.040	23.422	11.856	24.256
	48.172	98.565	49.401	99.325

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP) / (a)	17.715	16.342	17.715	16.342
Demais provisões	11.049	13.876	10.884	13.739
Provisões para compromissos futuros / (a)	44.079	41.618	44.697	42.210
Outros	469	433	948	1.083
	73.312	72.269	74.244	73.374
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(71.603)	(69.371)	(71.603)	(69.371)
Concessão com outorga onerosa (UBP) / (a)	(15.354)	(12.190)	(15.354)	(12.190)
Provisões para compromissos futuros / (a)	(41.696)	(41.105)	(41.865)	(41.295)
Repactuação do risco hidrológico	(140.851)	(146.053)	(140.851)	(146.053)
Depreciação fiscal	(112.483)	(100.544)	(112.483)	(100.544)
	(381.987)	(369.263)	(382.156)	(369.453)
	(308.675)	(296.994)	(307.912)	(296.079)
Total do ativo	-	-	763	915
Total do passivo	(308.675)	(296.994)	(308.675)	(296.994)
	(308.675)	(296.994)	(307.912)	(296.079)

- (a) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): o Grupo aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir

transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, provisões para compromissos futuros e concessões a pagar.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no início do período/exercício	(296.994)	(279.014)	(296.079)	(278.408)
Débitos alocados às demonstrações de resultados	(11.681)	(17.980)	(11.681)	(17.980)
Créditos alocados às demonstrações de resultados	-	-	(152)	309
Saldo no início do período/exercício	(308.675)	(296.994)	(307.912)	(296.079)

10.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no período de 2024 e 2023 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	239.970	254.616	245.451	258.017
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(81.590)	(86.569)	(83.453)	(87.726)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	3.219	2.068	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	(705)	(348)
Depreciação fiscal - baixa de imobilizado	(459)	-	(459)	-
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	245	134
Outros	(115)	(79)	(54)	(41)
Despesa no resultado	(78.945)	(84.580)	(84.426)	(87.981)
Imposto corrente	(67.264)	(74.372)	(72.593)	(77.853)
Imposto diferido	(11.681)	(10.208)	(11.833)	(10.128)
	(78.945)	(84.580)	(84.426)	(87.981)
Alíquota efetiva	33%	33%	34%	34%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	113.705	117.369	116.087	118.982
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(38.660)	(39.905)	(39.470)	(40.454)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.639	91	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	23	(1.048)
Depreciação fiscal – baixas de imobilizado	(637)	-	(637)	-
Exclusão juros Selic	-	(19)	-	(19)
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	17	14
Outros	125	51	152	112
Despesa no resultado	(37.533)	(39.782)	(39.915)	(41.395)
Imposto corrente	(35.343)	(37.120)	(37.742)	(38.852)
Imposto diferido	(2.190)	(2.662)	(2.173)	(2.543)
	(37.533)	(39.782)	(39.915)	(41.395)
Alíquota efetiva	33%	34%	34%	35%

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 5,24% a.a. e Porto Estrela 10,71% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2022	253.512	20.225	1.949	275.686
Efeitos financeiros reconhecidos	49.292	4.038	292	53.622
Amortizações	(57.465)	(4.339)	(299)	(62.103)
Saldo em 30/06/2023	245.339	19.924	1.942	267.205
Saldo em 31/12/2023	236.958	19.625	1.900	258.483
Efeitos financeiros reconhecidos	44.577	3.690	250	48.517
Amortizações	(53.524)	(4.004)	(292)	(57.820)
Saldo em 30/06/2024	228.011	19.311	1.858	249.180

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023
Passivo circulante	41.030	41.037
Passivo não circulante	208.150	217.446
	249.180	258.483

- a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2025	19.036
2026	35.358
2027	32.031
2028	29.019
2029	26.302
2030 a 2034	59.859
2035 em diante	6.545
	208.150

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Debêntures - 2ª emissão (a)	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	74.216	76.807	74.216	76.807
Debêntures - 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	286.853	289.701	286.853	289.701
Debêntures - 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	243.584	242.653	243.584	242.653
Debêntures - 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	248.031	246.895	248.031	246.895
Debêntures - 6ª emissão (a)	15/11/2037	IPCA + 6,14%	R\$	353.401	343.431	353.401	343.431
Finem BNDES (b)	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	177.865	183.350
(-) Custo de transação			R\$	(28.253)	(29.498)	(31.633)	(33.054)
Total				1.177.831	1.169.989	1.352.316	1.349.783
Classificadas como:							
Passivo circulante				82.867	101.749	95.847	114.206
Passivo não circulante				1.094.964	1.068.240	1.256.469	1.235.577
				1.177.831	1.169.989	1.352.316	1.349.783

a. DEBÊNTURES

As emissões das debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 e a 6ª Debêntures, emitida em 2023, nos termos da resolução nº 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários, todas na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011 e são não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografia
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografia
5ª emissão	15/04/2021	240.000	14	Semestral	15/04/2022	Quirografia
6ª emissão	15/11/2023	340.000	14	Semestral	15/11/2024	Quirografia

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2022	844.692	1.033.480
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	329.319	329.319
Encargos financeiros	85.057	102.588
Amortização do principal	(41.840)	(53.032)
Amortização de juros	(47.239)	(62.572)
Saldo em 31 dezembro de 2023	1.169.989	1.349.783
Encargos financeiros	63.795	71.823
Amortização do principal	(21.897)	(27.877)
Amortização de juros	(34.056)	(41.413)
Saldo em 31 junho de 2024	1.177.831	1.352.316

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	30/06/2024	31/12/2023
TJLP	6,67%	6,55%
IPCA	4,23%	4,62%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2025	97.232	111.041
2026	128.559	143.537
2027	63.279	79.524
2028	85.783	107.186
2029	106.315	127.718
2030 a 2034	494.054	567.720
2035 a 2037	119.742	119.743
Financiamentos e debêntures	1.094.964	1.256.469

b. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

c. GARANTIAS

Em 30 de junho de 2024, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Em 31/12/2022	74.348	919	5.099	14.762	2.804	6.488	104.420	14.762	119.182
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	673	673
Pagamentos	(4.382)	(64)	(227)	(1.648)	(252)	(51)	(6.624)	(353)	(6.977)
Atualização	3.627	43	247	778	141	303	5.139	533	5.672
Em 30/06/2023	73.593	898	5.119	13.892	2.693	6.740	102.935	15.615	118.550

Em 31/12/2023	60.576	1.470	6.802	11.601	2.838	17.527	100.814	30.631	131.445
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Pagamentos	(3.803)	(473)	(369)	(1.456)	(307)	(115)	(6.523)	(526)	(7.049)
Atualização	2.854	84	320	599	140	788	4.785	1.097	5.882
Em 30/06/2024	59.627	1.081	6.753	10.744	2.671	18.200	99.076	31.187	130.263

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Passivo circulante	21.565	18.360	25.934	21.524
Passivo não circulante	77.511	82.454	104.329	109.921
	99.076	100.814	130.263	131.445

- a. As provisões das Centrais Eólicas se referem aos compromissos socioambientais e desmantelamento. Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões desmantelamento e socioambiental vide nota explicativa nº 7 e 8, respectivamente.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2022	133.456	30.037	255	-	163.748
Adições	3	-	-	-	3
Atualizações	4.817	1.608	7	-	6.432
Reversões/pagamentos	-	(2.003)	(13)	-	(2.016)
Saldo em 30/06/2023	138.276	29.642	249	-	168.167

Saldo em 31/12/2023	143.459	31.202	350	-	175.011
Adições	-	-	-	57	57
Atualizações	4.536	2.250	80	-	6.866
Reversões/pagamentos	(223)	-	(15)	(10)	(248)
Saldo em 30/06/2024	147.772	33.452	415	47	181.686

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Nos seis meses de 2024, exceto pelos processos descritos a seguir, não houve avaliações significativas nos principais processos como sendo de risco provável, os quais estão apresentados na nota 14 – Processos judiciais das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- ***Ação civil pública -Trecho de vazão reduzida***

Ação Civil Pública, distribuída em 2001, alegando irregularidades nos procedimentos autorizativos da UHE Aimorés. Em sentença, publicada em 2015, a empresa foi condenada a reparar o dano ambiental causado no Trecho de Vazão Reduzida - TVR, mediante apresentação de estudos e projetos destinados à formação de um espelho d'água e, na hipótese de inviabilidade técnica, deve-se quantificar os danos e os custos de medidas compensatórias. Foi apresentado recurso que ainda aguarda análise.

O valor provisionado como perda provável é de R\$22.291 em 30 de junho de 2024 (R\$21.675 em 31 de dezembro de 2023).

- ***Preservação permanente do entorno do reservatório***

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPMG que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II ("AHEs Capim Branco"). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de "servidão civil" na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHEs.

Os Pedidos foram julgados parcialmente procedentes para "determinar aos requeridos que instituíam, no prazo de 01 ano, a área de preservação permanente no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Capim Branco, com extensão de 100 metros lineares a partir da cota inundada, sob pena de multa diária de R\$3 até o limite de R\$300. A sentença e o acórdão impuseram ao CCBE a obrigação de ter a APP do entorno dos reservatórios sob o seu domínio.

O CCBE, o Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais interpuseram recursos ao acórdão do TJMG e os autos serão remetidos ao STF para julgamento de recurso extraordinário assim que transitada em julgado a decisão do STJ.

O valor provisionado como perda provável é de R\$94.003 em 30 de junho de 2024 (R\$91.278 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação Penal - Morte de Peixes 2016**

Ação Penal distribuída em 2018 e que tem por objeto imputar à Aliança a autoria de crime de poluição culposa com consequente mortes de peixes em março/2016 no Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Funil. A sentença aplicou pena de prestação de serviços à comunidade, com custeio de programas ambientais, no valor mensal de R\$1,5 mês, além de aplicação de multa, recorreram a Aliança e MPF. A Aliança pretendia a anulação do processo, absolvição ou redução da pena, já o MPF pretendia o agravamento da pena para o valor de R\$50, aproximadamente. A Turma Julgadora reduziu o número de dias multa e reduziu o tempo de pena de prestação de serviço a comunidade para sete meses. Por outro lado, acolheu parcialmente o recurso do MP para majorar o valor que deve ser empregado mensalmente no custeio da pena de prestação de serviços à comunidade para 1% do montante de dividendos distribuídos para os acionistas em 2016. O acórdão apresentou defeitos no julgamento técnico do recurso de defesa. Por esse motivo, foram opostos Embargos de Declaração em 26.01.2022, visando esclarecimentos e prequestionamentos, necessários a substanciar recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, a 1ª Turma Recursal negou seguimento aos Embargos. Tendo em vista que os Embargos foram opostos dentro do prazo, foram opostos novos Embargos de Declaração em 10.02.2022. Ainda assim, na sessão de julgamento realizada em 15.02.2022, a 1ª Turma Recursal da SJMG conheceu dos segundos Embargos, mas negou-lhe provimento. Em seguida, foi interposto Recurso Extraordinário, ao qual foi negado seguimento. Desta decisão, foi interposto Agravo Interno e aguarda-se julgamento.

O valor provisionado como perda provável é de R\$20.195 em 30 de junho de 2024 (R\$19.637 em 31 de dezembro de 2023).

Ações cíveis

- **Ação de desapropriação**

Trata-se de ação de desapropriação de imóveis, no município de Araguari/MG, para constituição do Parque Estadual do Pau Furado, como forma de compensação florestal estabelecida para atendimento de condicionante ambiental na implantação do empreendimento. Aguarda-se julgamento de recurso especial e extraordinário para prosseguimento da discussão no STJ e no STF.

O valor provisionado como perda provável é de R\$14.209 em 30 de junho de 2024 (R\$11.903 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de Indenização**

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais ajuizada pelo Sr. Jânio Madeira e outros em face da Usina Hidrelétrica de Aimorés, na qual os autores requerem a indenização por danos morais e materiais. Em 01.03.2024 foi publicada sentença que condenou a Aliança ao pagamento de indenização por danos morais, no importe histórico de R\$100. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

O valor provisionado como perda provável é de R\$358 em 30 de junho de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ambiental	80.697	40.581	82.292	41.409
Cíveis	79.874	72.341	80.565	72.945
Regulatório	32.299	31.379	32.301	31.711
Tributário	94.575	88.660	96.043	88.660
Outras	4.143	3.460	4.143	3.460
	291.588	236.421	295.344	238.185

Ações ambientais

- **Ação de reflorestamento**

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais. A maior parte dos pedidos foi considerada improcedente, subsistindo a obrigação de reflorestamento da faixa de 100 metros, no entorno do reservatório da Usina. Atualmente encontra-se pendente de julgamento de recurso no TRF-1ª Região. Foi atribuído valor de R\$70.660 em 30 de junho de 2024 (R\$29.889 em 31 de dezembro de 2023) fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação.

- **Auto de Infração**

Auto de infração lavrado pelo suposto não atendimento à Condicionante 2.12 da Licença de Operação nº 512/2005 (1ª renovação) referente à UHE Aimorés no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.003983/98-39, causando prejuízos ambientais, econômicos e sociais, conforme Parecer nº 02015.000159/2015-85 NLA/MG/IBAMA. Aguarda-se julgamento.

Foi atribuído o valor de R\$14.933 em 30 de junho de 2024 como risco possível (R\$7.419 em 31 de dezembro de 2023).

Ações cíveis

- **Ação de indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível, na qual a parte autora (que atua na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia) requer ressarcimento de danos materiais e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação encontra-se em fase de produção de provas, com prognóstico possível, uma vez que a parte autora detinha apenas autorização para pesquisa, sem direito à lavra. Foi atribuído o valor de R\$21.787 em 30 de junho de 2024 como risco possível (R\$18.453 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização - CCBE**

Ação de reparação de danos materiais e morais na qual o autor pleiteia indenizações tendo em vista desapropriações realizadas quando da constituição e formação da Usina. O processo está na fase de conhecimento, tendo o CCBE apresentado contestação em 02/2023. Foi atribuído o valor de R\$13.276 em 30 de junho de 2024 com o risco possível (R\$9.813 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização - pescadores de Governador Valadares**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação das Usinas de Aimorés e Baguari. O processo encontra-se na fase de instrução,

aguardando a realização de perícia. Desta forma, é indicado o valor de R\$13.556 em 30 de junho de 2024 (R\$12.637 em 31 de dezembro de 2023), conforme cálculo realizado, considerando decisões proferidas em casos similares.

Ações tributárias

- **Ação anulatória de débito**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para cobrança de ICMS, multa e juros, no valor total de R\$25.644 relativo à entrada de energia elétrica no estabelecimento da Aliança, ocorridas no período compreendido entre 01/09/2016 e 31/12/2020.

Segundo entendimento da Fiscalização, a Aliança realizou remessas de parte da energia elétrica adquirida com a isenção prevista nas alíneas “b” e “e” do item 210 da Parte 1 do Anexo I do RICMS/02 para destinatários diversos da empresa mineradora que majoritariamente a constitui, em descumprimento das normas estabelecidas na alínea “a” do item 210.2 da Parte 1 do referido Anexo I do RICMS/02.

Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos ao Conselho de Contribuintes de Minas Gerais e o consequente julgamento da impugnação. Sendo atribuído o valor de R\$33.211 em 30 de junho de 2024 (R\$31.627 em 31 de dezembro de 2023).

- **Execução fiscal**

Ação Ordinária que busca a anulação do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à empresa, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$56.108 em 30 de junho de 2024 (R\$55.337 em 31 de dezembro de 2023), que corresponde ao AI.

Ações tributárias

- **Ação anulatória de débito**

Ação ordinária na qual a Aliança requer para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013, a inclua no rateio do custo do despacho adicional de usina, de modo a garantir o suprimento energético.

Em 09.02.2018, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos autorais para afastar os efeitos dos artigos 2º, §5º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, em relação à autora, bem como para determinar que a ré promova nova contabilização e devolução dos valores indevidamente pagos a título de Encargos de Serviços do Sistema, observada a prescrição quinquenal, devidamente atualizados em conformidade com o disposto. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso interposto pela UNIÃO.

Sendo atribuído o valor de R\$31.488 em 30 de junho de 2024 (R\$30.576 em 31 de dezembro de 2023).

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ambientais	7.094	6.839	7.094	6.839
Cíveis	147	168	706	688
Trabalhistas	80	113	80	113
Fiscais	44	-	44	-
	7.365	7.120	7.924	7.640

15 | Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e dois mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	30/06/2024		31/12/2023	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

No dia 31 de maio de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$62.140 a título de dividendos. Desta forma, em 30 de junho de 2024 o montante a pagar é de R\$124.283 (R\$186.423 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Lucro líquido do período	161.025	170.036
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,12	0,13

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Lucro líquido do período	76.172	77.587
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,06	0,06

16 | Receita Líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	581.564	601.169	676.002	676.566
Transações com energia na CCEE	7.184	2.227	10.708	3.363
Receita bruta pela prestação de serviços	1.035	1.094	107	101
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(77.333)	(81.070)	(87.537)	(94.652)
	512.450	523.420	599.280	585.378

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	288.281	291.207	333.893	328.735
Transações com energia na CCEE	2.060	-	3.555	147
Receita bruta pela prestação de serviços	574	795	54	65
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(36.007)	(37.113)	(39.470)	(44.459)
	254.908	254.889	298.032	284.488

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Industrial ou equivalente	279.694	288.925	356.499	355.952
Suprimento geração 3º	19.032	24.107	36.666	32.477
Suprimento a outras concessionárias	282.838	288.137	282.837	288.137
	581.564	601.169	676.002	676.566

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Industrial ou equivalente	136.957	142.478	174.644	175.798
Suprimento geração 3º	9.854	8.549	27.488	16.919
Suprimento a outras concessionárias	141.470	140.180	131.761	136.018
	288.281	291.207	333.893	328.735

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Tributos sobre a receita				
PIS	(9.712)	(9.931)	(10.458)	(10.476)
COFINS	(44.733)	(45.744)	(48.172)	(48.256)
ICMS - substituição tributária (b.1)	-	(3.688)	(5.513)	(13.879)
ISS	(52)	(55)	(52)	(55)
	(54.497)	(59.418)	(64.195)	(72.666)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(15.332)	(14.231)	(15.332)	(14.231)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(2.389)	(2.196)	(2.895)	(2.530)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(2.046)	(2.090)	(2.046)	(2.090)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(1.023)	(1.045)	(1.023)	(1.045)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.046)	(2.090)	(2.046)	(2.090)
	(22.836)	(21.652)	(23.342)	(21.986)
	(77.333)	(81.070)	(87.537)	(94.652)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Tributos sobre a receita				
PIS	(4.798)	(4.816)	(5.154)	(5.077)
COFINS	(22.098)	(22.185)	(23.741)	(23.385)
ICMS - substituição tributária (b.1)	-	(672)	(1.208)	(6.385)
ISS	(28)	(40)	(29)	(40)
	(26.924)	(27.713)	(30.132)	(34.887)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(5.344)	(5.759)	(5.347)	(5.759)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(1.195)	(1.098)	(1.447)	(1.270)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(1.017)	(1.017)	(1.017)	(1.017)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(510)	(509)	(510)	(509)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.017)	(1.017)	(1.017)	(1.017)
	(9.083)	(9.400)	(9.338)	(9.572)
	(36.007)	(37.113)	(39.470)	(44.459)

b.1 O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Energia elétrica comprada para revenda	(8.856)	(42.436)	(20.855)	(47.788)
Depreciação e amortização	(66.347)	(65.261)	(101.713)	(90.066)
Serviços de terceiros	(25.366)	(21.607)	(35.810)	(30.643)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(35.953)	(34.006)	(44.507)	(38.870)
Pessoal	(20.404)	(16.934)	(20.422)	(16.934)
Materiais	(1.325)	(910)	(1.328)	(1.076)
Prêmio do risco hidrológico	(7.219)	(6.871)	(7.219)	(6.871)
Outros custos	(3.980)	(3.439)	(6.096)	(2.759)
	(169.450)	(191.464)	(237.949)	(235.008)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Energia elétrica comprada para revenda	(5.449)	(19.713)	(10.932)	(23.176)
Depreciação e amortização	(33.502)	(32.636)	(51.582)	(45.185)
Serviços de terceiros	(15.004)	(11.486)	(20.819)	(16.590)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(18.041)	(16.953)	(22.295)	(19.436)
Pessoal	(10.284)	(11.100)	(10.288)	(11.100)
Materiais	(711)	(508)	(711)	(660)
Prêmio do risco hidrológico	(3.610)	(3.454)	(3.610)	(3.454)
Outros custos	(2.142)	(1.402)	(3.043)	(909)
	(88.743)	(97.252)	(123.280)	(120.510)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Pessoal	(8.938)	(9.265)	(8.942)	(9.339)
Serviços de terceiros	(6.599)	(6.491)	(7.880)	(7.094)
Participação dos empregados no resultado	(1.901)	(1.229)	(1.901)	(1.229)
Depreciação e amortização	(196)	(181)	(200)	(184)
Contingências	(730)	(643)	(743)	(645)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	-	(3.334)
Outras despesas	(5.013)	(1.706)	(5.279)	(2.685)
	(23.377)	(19.515)	(24.945)	(24.510)
Resultado de equivalência patrimonial	9.469	6.081	-	-
Amortização do ágio	(148)	(148)	-	-
	9.321	5.933	-	-
	(14.056)	(13.582)	(24.945)	(24.510)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Pessoal	(4.331)	(4.447)	(4.335)	(4.521)
Serviços de terceiros	(3.118)	(3.442)	(3.753)	(3.921)
Participação dos empregados no resultado	(874)	(821)	(874)	(821)
Depreciação e amortização	(98)	(126)	(100)	(123)
Contingências	(269)	(346)	268	(347)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	-	(1.630)
Outras despesas	(4.599)	(676)	(4.627)	(1.221)
	(13.289)	(9.858)	(13.421)	(12.584)
Resultado de equivalência patrimonial	4.821	265	-	-
Amortização do ágio	(74)	(74)	-	-
	4.747	191	-	-
	(8.004)	(9.667)	(13.421)	(12.584)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	18.362	25.043	26.288	31.053
Outras	295	1.155	452	1.250
	18.657	26.198	26.740	32.303
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(48.517)	(53.622)	(48.517)	(53.622)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(4.785)	(5.139)	(5.882)	(5.672)
Encargos de financiamentos e debêntures	(53.530)	(30.792)	(61.558)	(39.899)
Outras despesas financeiras	(799)	(403)	(1.718)	(953)
	(107.631)	(89.956)	(117.675)	(100.146)
	(88.974)	(63.758)	(90.935)	(67.843)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2024 a 31/06/2024	01/04/2023 a 31/06/2023	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	9.530	11.200	13.639	14.319
Outras	246	216	327	256
	9.776	11.416	13.966	14.575
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(24.202)	(26.778)	(24.202)	(26.778)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(2.351)	(2.577)	(2.866)	(2.768)
Encargos de financiamentos e debêntures	(27.443)	(12.455)	(31.456)	(16.965)
Outras despesas financeiras	(236)	(207)	(686)	(476)
	(54.232)	(42.017)	(59.210)	(46.987)
	(44.456)	(30.601)	(45.244)	(32.412)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Contas a receber								
Venda de energia (i)	-	-	48.363	65.720	16.149	19.433	64.512	85.153
Serviços de <i>backoffice</i>	176	462	-	-	-	-	176	462
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	112.052	108.050	59.692	57.835	171.744	165.885
Adiantamento futuro aumento de capital (vi)	151.194	518.033	-	-	-	-	151.194	518.033
Dividendos a receber (v)	30.998	27.794	-	-	-	-	30.998	27.794
Outros valores a receber	564	-	-	-	-	-	564	-
Contas a pagar								
Serviços de O&M (iv)	-	-	32	97	916	467	948	564
Dividendos a pagar (v)	-	-	68.356	102.533	55.927	83.890	124.283	186.423
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	4.075	3.458	4.075	3.458
Outros valores a pagar (iii)	-	-	135	-	-	-	135	-

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Resultado								
Receita com venda de energia	-	-	293.401	293.913	96.463	99.153	389.864	393.066
Receita com serviços de <i>backoffice</i>	929	497	-	-	-	-	929	497
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(22.449)	(23.325)	(22.449)	(23.325)
Custo com O&M	-	-	(31)	(31)	(2.978)	(2.771)	(3.009)	(2.802)
Compra de energia	(49)	(25)	-	-	(129)	(96)	(178)	(121)
Outras despesas	-	-	(650)	(1.150)	(9)	-	(659)	(1.150)
Recuperação de despesas (ii)	1	1.173	-	-	-	-	1	1.173

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) operações com venda e compra energia elétrica através de contrato com suas acionistas; (ii) despesas compartilhadas entre a Companhia e as Centrais Eólicas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; (v) dividendos a pagar e receber; e (vi) adiantamento para futuro aumento de capital das Centrais Eólicas Acauãs.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 30 de junho de 2024, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$5.739 (R\$5.490 em 30 de junho de 2023), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do

instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	177.080	270.672	323.458	381.823
Aplicações financeiras	242.681	82.248	271.316	108.255
Contas a receber	108.685	133.927	125.140	151.967
Outros valores a receber	16.986	16.079	17.702	19.122
Dividendos a receber	30.998	27.794	-	-
Outros valores a receber de partes relacionadas	171.744	165.885	171.744	165.977
	748.174	696.605	909.360	827.144

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	15.417	42.108	46.573	76.371
Financiamentos e debêntures	1.177.831	1.169.989	1.352.316	1.349.783
Arrendamentos	2.013	2.895	21.517	23.282
Dividendos a pagar	124.283	186.423	124.283	186.423
Concessões a pagar	249.180	258.483	249.180	258.483
	1.568.724	1.659.898	1.793.869	1.894.342

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo

apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

CONTROLADORA				
30/06/2024		31/12/2023		
Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	249.180	262.785	258.483	272.131
Financiamentos e debêntures	1.177.831	1.177.831	1.169.989	1.169.989
	1.427.011	1.440.616	1.428.472	1.442.120

CONSOLIDADO				
30/06/2024		31/12/2023		
Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	249.180	262.785	258.483	272.131
Financiamentos e debêntures	1.352.316	1.322.718	1.349.783	1.318.783
	1.601.496	1.585.503	1.608.266	1.590.914

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 30 de junho de 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 11) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 30 de junho de 2024.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2024, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 6,67%, IPCA de 4,04% e o CDI acumulado será de 8,56% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	30/06/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 8,56%	Cenário I CDI 10,70%	Cenário II CDI 12,84%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	419.466	455.372	464.349	473.325
Ativo exposto	419.466	455.372	464.349	473.325
Efeito no resultado		35.906	44.883	53.859

	30/06/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 4,04%	Cenário I IPCA 5,05%	Cenário II IPCA 6,06%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.177.831)	(1.225.415)	(1.237.311)	(1.249.208)
Passivo exposto	(1.177.831)	(1.225.415)	(1.237.311)	(1.249.208)
Efeito no resultado		(47.584)	(59.480)	(71.377)
Efeito líquido da variação no resultado		(11.678)	(14.597)	(17.518)

b. CONSOLIDADO:

	30/06/2024			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base CDI 8,56%	Cenário I CDI 10,70%	Cenário II CDI 12,84%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	594.479	645.366	658.088	670.810
Ativo exposto	594.479	645.366	658.088	670.810
Efeito no resultado		50.887	63.609	76.331

	30/06/2024			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 4,04%	Cenário I IPCA 5,05%	Cenário II IPCA 6,06%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.177.831)	(1.225.415)	(1.237.311)	(1.249.208)
Passivo exposto	(1.177.831)	(1.225.415)	(1.237.311)	(1.249.208)
Efeito no resultado		(47.584)	(59.480)	(71.377)

	30/06/2024			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 6,67%	Cenário I TJLP 8,34%	Cenário II TJLP 10,01%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(174.485)	(186.123)	(189.037)	(191.951)
Passivo exposto	(174.485)	(186.123)	(189.037)	(191.951)
Efeito no resultado		(11.638)	(14.552)	(17.466)
Efeito líquido da variação no resultado		(8.335)	(10.423)	(12.512)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11) indexado à variação do IGP-M.

• Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2024, a taxa IGP-M anualizada será de 3,64%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	30/06/2024			
RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 3,64%	Cenário I IGP-M 4,55%	Cenário II IGP-M 5,46%
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 11)	(249.180)	(258.520)	(260.518)	(262.785)
Passivo líquido exposto	(249.180)	(258.520)	(260.518)	(262.785)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(9.340)	(11.338)	(13.605)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	16.040	-	-	-	16.040
Financiamentos e debêntures	22.212	64.041	500.822	638.861	1.225.936
Arrendamentos	381	592	1.122	-	2.095
Dividendos a pagar	-	124.283	-	-	124.283
Concessões a pagar	10.645	30.387	128.929	83.928	253.889
	49.278	219.303	630.873	722.789	1.622.243

CONSOLIDADO	De 1 a 3 Meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	48.456	-	-	-	48.456
Financiamentos e debêntures	25.457	73.776	594.903	706.285	1.400.421
Arrendamentos	882	2.039	7.484	13.112	23.517
Dividendos a pagar	-	124.283	-	-	124.283
Concessões a pagar	10.645	30.387	128.929	83.928	253.889
	85.440	230.485	731.316	803.325	1.850.566

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 30 de junho de 2024, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 - Financiamentos e debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	177.080	270.672	323.458	381.823
Aplicações financeiras	242.681	82.248	271.316	108.255
Contas a receber	108.685	133.927	125.140	151.967
Outros valores a receber	16.986	16.079	17.702	19.122
Total da exposição	545.432	502.926	737.616	661.167

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. Em 30 de junho de 2024, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.048 (R\$1.491 em 31 de junho de 2023).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$707.259, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2025.

22 | Compromissos

Em 30 de junho de 2024, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$76.742 em 30 de junho de 2024 (R\$82.630 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$10.469; Santo Inácio IV no valor de R\$7.942; Garrote no valor de R\$7.942; São Raimundo no valor de R\$8.303; e Gravier R\$13.162.

Balanco energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2024	2025	2026	2027	2028
Garantia Física	762,02	762,02	762,02	762,02	762,02
Garantia Física no CG	740,28	740,28	740,28	740,28	740,28
Contratos de Compra	63,79	28,00	16,00	-	-
Contratos de Venda	693,44	687,53	687,53	687,53	687,53
Distribuidor	24,85%	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%
Autoprodutor	65,64%	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%
Gerador	9,21%	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%
Comercializador	0,31%	-	-	-	-
Total Contratado	86,24%	89,49%	90,91%	92,87%	92,87%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- A UHE Risoleta Neves em operação plena; e
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até junho 2024 para todo o horizonte.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Capitalização de juros (1)	10.265	18.457	10.265	18.457
Provisão de demandas judiciais (2)	-	3.776	-	3.776
Provisão para compromissos futuros	-	-	-	673
Contabilização IFRS 16 (3)	239	51	992	6.316
	10.504	22.284	11.257	29.222

- Juros capitalizados oriundos da 3ª e 5ª emissão de debêntures;
- As provisões das demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas; e
- Em 2024 e 2023, a Companhia registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado, de acordo com o IFRS 16.

24 | Eventos subsequentes

a. Pagamento de dividendos

Em 18/07/2024 a Companhia realizou pagamento de dividendos no montante de R\$124.283

b. Liberação de operação comercial plena da Central Eólica Acauã I

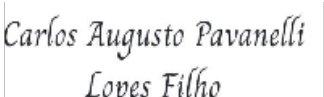
No dia 05 de julho de 2024 foi publicado um despacho nº 2.002 do processo nº 48500.002685/2020-76, onde libera as unidades geradoras UG1 e UG5 para início da operação comercial a partir do dia 06 de julho de 2024.

As unidades geradoras têm capacidade instalada de 4.200 kW cada, totalizando 21.000 Kw da Eólica Acauã II. O empreendimento de titularidade da Central Eólica Acauã I S.A. está localizado no município de Santana do Matos no estado do Rio Grande do Norte.

c. Alteração do quadro societário


No dia 13 de agosto de 2024 a Companhia tomou conhecimento do anúncio realizado pelas acionistas a respeito da conclusão da aquisição da participação de 45% da Cemig GT S.A. pela Vale S.A. A partir dessa data, a totalidade de ações emitidas pela Companhia passa a pertencer à Vale S.A. Não obstante a alteração societária ocorrida, não há alteração na estrutura de capital e nas operações da Companhia.

DIRETORIA



713.043.046-04
CARLOS AUGUSTO PAVANELLI LOPES FILHO
12/09/2024 às 15:46
c5121dbdbb240eb041a3468436e20b84 - Assinado Eletronicamente

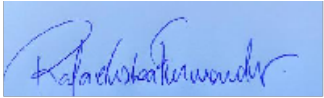
Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho
Diretor de Operações



695.649.731-04
PAULO DE TARSO DE ALEXANDRIA CRUZ
03/10/2024 às 10:52
d0d213f312b6705fb064f9f1b55b55c - Assinado Eletronicamente

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor financeiro e administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO



014.506.226-07
Rafael Lisboa Fernandes
11/09/2024 às 10:50
4dcfb057e2ae8589f9bbd98b591c50a - Assinado Eletronicamente

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0343205

Passo 3 - Digite a senha: Mc4d5u2z